COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.622-D, DE 2004

Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.622-C, de 2004, que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado LUCIANO CASTRO

I - RELATÓRIO

Em 13 de agosto de 2008, o Plenário da Câmara dos Deputados, ao discutir o Projeto de Lei nº 4.622, de 2004, e seus apensados, os Projetos de Lei nº 6.265/05, 6.449/05 e 7.009/06, aprovou o Substitutivo apresentado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

A Proposição foi, então, remetida ao Senado Federal onde recebeu aprovação nos termos do Substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Tal Substitutivo exclui, do enquadramento como cooperativas de trabalho, dois tipos de sociedades: as cooperativas de assistência à saúde e as cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

Dessa forma, conforme disposição constitucional e regimental, emendado o projeto na Casa revisora, a matéria volta à Casa iniciadora para análise das alterações propostas.

O Projeto de Lei em análise está sujeito à apreciação do Plenário, em regime de Urgência (art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, cabe-nos analisar o mérito trabalhista do Substitutivo apresentado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.622-C, de 2004.

A nosso ver, o Substitutivo apresentado pelo Senado Federal veio aperfeiçoar grandemente a proposição originária desta Casa, porque levou em consideração as peculiaridades do trabalho realizado pelas cooperativas de assistência à saúde que já estão disciplinadas em legislação complementar. Essa cautela é necessária, conforme bem exposto no Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, “para evitar insegurança jurídica e deixar que a legislação civil cuide de entidades que possuem conteúdo mais civilista do que trabalhista”.

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.622-D, de 2004 (Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.622-C, de 2004.).

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator